

# ENCHENTES: hora de procurar dinheiro

Construção de diques e de corta-rio vai custar mais de R\$ 60 milhões. Verba terá de vir da União

■ Márcio Reinheimer  
marcio@jornalibia.com.br

Ao mesmo tempo em que suas curvas pintam os mais belos cartões postais da região, o Rio Cai é motivo de crescentes preocupações para as comunidades situadas no seu entorno. Anualmente, as enchentes causam prejuízos e ameaçam a vida de milhares de famílias não só em Montenegro, mas também em São Sebastião do Cai, Pareci Novo e Harmonia. O assunto voltou a ser discutido na terça-feira à noite, durante uma audiência pública na Câmara, proposta pelos vereadores Roberto Braatz (PDT) e Carlos Einar de Mello (PP).

A atividade lotou o plenário, que acomoda até 100 pessoas sentadas. Comparceram representantes dos municípios atingidos, da Metroplan, da Secretaria Estadual de Obras Públicas, do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica, de entidades, ambientalistas e dezenas de pessoas da comunidade. O ponto de partida das discussões foi o andamento do processo iniciado por um estudo, pago pelo Estado, que apontou alternativas para minimizar os efeitos das enxurradas. A população, entre diversas alternativas, optou no ano passado pela construção de diques e de canais corta-rio, mas, depois disso, não houve avanços. Braatz diz que nunca se chegou tão longe. "Não podemos parar agora", enfatizou.

A implantação das medidas propostas requer, primeiro, a elaboração dos

projetos, para posterior execução das obras. O investimento será superior a R\$ 60 milhões e é aí que reside o maior problema: levantar o dinheiro. Será preciso conseguir estas verbas junto à União, o que exige grande mobilização política. Durante a audiência, o prefeito de Pareci Novo, Rafael Riffel, propôs a criação de uma comissão de acompanhamento, envolvendo representantes dos diversos segmentos envolvidos.

Também houve a sugestão, por parte do morador do bairro Ferroviário, Giovani Bender, de que os prefeitos e vereadores das quatro cidades recorram aos deputados estaduais e federais dos seus partidos em busca de apoio. Ele acredita que só assim será possível levantar os recursos junto ao Ministério das Cidades. "Não se pode perder mais tempo", alertou.

A proposta foi bem recebida pelos participantes. Assim que estiver formada, a comissão de acompanhamento vai traçar as estratégias para viabilizar as

melhores alternativas que

deve cobrir mais ação de seus representantes



PRESIDENTE do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cai, Tânia Zoppas, disse que a população deve cobrir mais ação de seus representantes



AUDIÊNCIA pública lotou o plenário da Câmara de Vereadores de Montenegro na última terça-feira à noite

## Debates sobre as cheias iniciaram em 2009

O prefeito de São Sebastião do Cai, Darci José Lauermann, explicou que a mobilização contra as cheias iniciou em 2009, quando seu município se tornou a primeira audiência sobre o tema, depois de ter sofrido, naquele ano, com cinco inundações. O estudo financiado pelo governo



PREFEITO municipal de São Sebastião do Cai, Darci José Lauermann

de mobilização contra as cheias iniciou em 2009, quando seu município se tornou a primeira audiência sobre o tema, depois de ter sofrido, naquele ano, com cinco inundações. O estudo financiado pelo governo do Estado e apresentado no ano passado foi o primeiro no Rio Grande do Sul com este formato: apontar alternativas para, depois de ouvidas as comunidades, elaborar projetos. "Agora precisamos nos mobilizar", conclamou.

Assim como outros participantes da audiência pública, Lauermann explicou que as enchentes se tornaram um problema por duas razões. Primeiro, pela dependência das comunidades em relação aos rios e, depois, pela irresponsabili-

dade histórica dos gestores públicos, que permitiram a ocupação das várzeas. "Só que agora não tem como tirar todas estas pessoas de lá", afirmou. O chefe de gabinete da Prefeitura de Montenegro, Valter Robalo, observou que a situação local é parecida e que as cheias, de alguma forma, atingem em torno de 40% das pessoas que residem no perímetro urbano. O vereador Roberto Braatz ponderou, por outro lado, que na votação do novo Plano Diretor do Município, a legislação foi adequada, dentro da Câmara, para que as novas ocupações sejam proibidas. "Na época, sofremos fortes pressões do setor imobiliário, mas não cedemos", recordou.

